

LEI : Ministério Público Eleitoral DF
REQUERENTE : ROBSON LEONEL BARCELLOS
ADVOGADO : EMILLYN HEVELLYN RODRIGUES DE SOUZA (46745/DF)
ADVOGADO : JOSE DE OLIVEIRA (75666/DF)
ADVOGADO : MARIA DE JESUS PEREIRA GOUVEIA (17154/DF)
ADVOGADO : POLLYANNA SAMPAIO BEZERRA (31235/DF)
ADVOGADO : MARILIA CENTENO DA MATTA E SILVA (21707/DF)
ADVOGADO : RONALDO RODRIGO FERREIRA DA SILVA (18787/DF)
ADVOGADO : VALDENER MIRANDA DAS CHAGAS (023281/DF)
ADVOGADO : FLAVIO ELTON GOMES DE LIMA (27855/DF)
ADVOGADO : FRANCISCO HELIO RIBEIRO MAIA (14037/DF)
ADVOGADO : ELEGARDENIA VIANA GOMES (50524/DF)

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

Classe Judicial: REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE OMISSÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS (12633)

Processo nº.: 0600193-25.2024.6.07.0000

Requerente: ROBSON LEONEL BARCELLOS

Relator: Desembargador ANDRÉ PUPPIN MACEDO

DESPACHO

Constata-se que o requerimento de regularização foi apresentado de maneira incompleta. Dessa forma, intime-se o interessado para que elabore e transmita a prestação de contas por meio do Sistema de Regularização de Omissão (SRO), com a identificação clara e precisa dos documentos ou elementos exigidos, conforme orientado pela unidade técnica no id. 25546141.

Cumpra-se. Intime-se.

Brasília-DF, 13 de novembro de 2024.

Desembargador ANDRÉ PUPPIN MACEDO

Relator

1ª ZONA ELEITORAL

ATOS JUDICIAIS

AÇÃO PENAL ELEITORAL(11528) Nº 0600195-60.2022.6.07.0001

PROCESSO : 0600195-60.2022.6.07.0001 AÇÃO PENAL ELEITORAL (BRASÍLIA - DF)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE BRASÍLIA DF

ASSISTENTE : FUNDAÇÃO PETROBRAS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS

ADVOGADO : BEATRIZ TONETTI AKL (434364/SP)

ADVOGADO : JULIANA KEIKO MAKIYAMA (331853/SP)

ADVOGADO : RICARDO KUPPER PAGES (266986/SP)

AUTOR : Ministério Público Eleitoral DF

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO DF E TERRITÓRIOS

REU : JOSE NOGUEIRA FILHO
ADVOGADO : DANIEL ALBERTO CASAGRANDE (172733/SP)
ADVOGADO : FERNANDO DE OLIVEIRA ZONTA (375263/SP)
ADVOGADO : MATHIAS VILHENA DE ANDRADE NETO (83476/PR)
ADVOGADO : LEANDRO ALBERTO CASAGRANDE (221673/SP)
REU : ANTONIO SERGIO OLIVEIRA SANTANA
ADVOGADO : ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES (01465/A/DF)
ADVOGADO : IVANILDA DA SILVA (104828/RJ)
ADVOGADO : JOSE ESTEVAM MACEDO LIMA (102150/RJ)
ADVOGADO : PRISCILA CAROLINA ALVES ESPIGIORIN (81709/PR)
ADVOGADO : TELMO BERNARDO BATISTA (180233/RJ)
ADVOGADO : DANIELLE FERNANDA QUAGLIA PEREIRA (218462/RJ)
REU : MARCELO BAHIA ODEBRECHT
ADVOGADO : ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES (01465/A/DF)
ADVOGADO : EDUARDO SANZ (38716/PR)
REU : GILSON ALVES DE SOUZA
ADVOGADO : BEATRIZ DE OLIVEIRA SCALDAFERRI (81136/BA)
ADVOGADO : MATEUS CARDOSO COUTINHO (24952/BA)
ADVOGADO : VIVALDO DO AMARAL ADAES (13540/BA)
ADVOGADO : DOMINIQUE VIANA SILVA (36217/BA)
REU : IRANI ROSSINI DE SOUZA
ADVOGADO : CLEONICE SANTOS DA SILVA (81621/PR)
ADVOGADO : CATHARINA MARIA TOURINHO FERNANDEZ (61071/BA)
ADVOGADO : BERNARDO TORRES LINS (45697/BA)
ADVOGADO : VANESSA VICENTINI DE SIQUEIRA DIAS (73246/PR)
ADVOGADO : FABIANO CAVALCANTE PIMENTEL (18374/BA)
REU : NEWTON CARNEIRO DA CUNHA
ADVOGADO : TATIANA LAZZARETTI ZEMPULSKI (28577/PR)
ADVOGADO : BRENO ZANOTELLI DE LIMA (21284/ES)
ADVOGADO : EDUARDO AUGUSTO SALES DAMIANI (348211/SP)
ADVOGADO : GIOVANNA BERTOLUCCI NOGUEIRA (401264/SP)
ADVOGADO : SHAIANE TASSI MOUSQUER (64895/RS)
ADVOGADO : JULIO DE ANDRADE NETO (393327/SP)
ADVOGADO : LILIAN CHRISTINE REOLON (56004/RS)
ADVOGADO : LUIZ FILIPE ALVES MENEZES (63896/DF)
ADVOGADO : MARCELA FLEMING SOARES ORTIZ (321655/SP)
ADVOGADO : PEDRO ZANELLA CAUS (111901/RS)
ADVOGADO : RENATA MOLLO DOS SANTOS (179369/SP)
ADVOGADO : SALO DE CARVALHO (34749/RS)
REU : PAUL ELIE ALTIT
ADVOGADO : PEDRO ZANELLA CAUS (111901/RS)
ADVOGADO : SHAIANE TASSI MOUSQUER (64895/RS)

ADVOGADO : BRENO ZANOTELLI DE LIMA (21284/ES)
ADVOGADO : SALO DE CARVALHO (34749/RS)
ADVOGADO : LILIAN CHRISTINE REOLON (56004/RS)
REU : JOSE RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI
ADVOGADO : CAIO NOGUEIRA DOMINGUES DA FONSECA (308065/SP)
ADVOGADO : BRUNO LAMBERT MENDES DE ALMEIDA (291482/SP)
REU : RENATO DE SOUZA DUQUE
ADVOGADO : FLAVIA PENNA GUEDES PEREIRA (79839/PR)
REU : WILLIAM ALI CHAIM
ADVOGADO : GABRIELA LUIGGI SENATORE (394842/SP)
ADVOGADO : MARIANA FERRAZ DE ALMEIDA RODRIGUES (417809/SP)
ADVOGADO : LEANDRO RACA (407616/SP)
REU : RODRIGO DE ARAUJO SILVA BARRETTO
ADVOGADO : GUSTAVO RIBEIRO GOMES BRITO (24518/BA)
ADVOGADO : MATTEUS BERESA DE PAULA MACEDO (83616/PR)
ADVOGADO : TRACY JOSEPH REINALDET DOS SANTOS (56300/PR)
REU : DJEAN VASCONCELOS CRUZ
ADVOGADO : AMANDA CARVALHO WOLAK (43512/BA)
ADVOGADO : FERNANDO SANTANA ROCHA (3124/BA)
ADVOGADO : RAFAEL DE SA SANTANA (20225/BA)
REU : JOSE ADELMARIO PINHEIRO FILHO
ADVOGADO : MARIA FRANCISCA DOS SANTOS ACCIOLY FUMAGALLI (44119/PR)
ADVOGADO : ANA CAROLINA DE OLIVEIRA PIOVESANA (234928/SP)
ADVOGADO : FABIANA SANTOS SCHALCH (393243/SP)
ADVOGADO : GABRIEL KUCZUVEI DE SOUZA (102440/PR)
ADVOGADO : DANIEL LAUFER (32484/PR)
ADVOGADO : KATIELLE RAMOS POTENZA (356436/SP)
REU : DAVID ARAZI
ADVOGADO : CLARA GONZALEZ CID (234051/RJ)
ADVOGADO : VERIDIANA PAULA THOME (81215/PR)
ADVOGADO : FELIPE LINS MARANHÃO (210566/RJ)
ADVOGADO : ANTONIO NABOR AREIAS BULHOES (01465/A/DF)
ADVOGADO : FERNANDA LARA TORTIMA (119972/RJ)
ADVOGADO : ANDRE GALVAO PEREIRA (156129/RJ)
ADVOGADO : CAROLINA VENDRAMEL BUSATO (93992/PR)
ADVOGADO : IGOR MARQUES PONTES (184994/SP)
ADVOGADO : LAIS THOME JUNG (95476/PR)
ADVOGADO : VINICIUS RODRIGUES AROUCK FERREIRA (43173/DF)
REU : MARCIA MILEGUIR
ADVOGADO : CLARA GONZALEZ CID (234051/RJ)
ADVOGADO : VERIDIANA PAULA THOME (81215/PR)
ADVOGADO : ANDRE GALVAO PEREIRA (156129/RJ)

ADVOGADO : CARLA MAGGI BATISTA (159420/RJ)
ADVOGADO : CAROLINA VENDRAMEL BUSATO (93992/PR)
ADVOGADO : CASSIO QUIRINO NORBERTO (57219/PR)
ADVOGADO : FERNANDA LARA TORTIMA (119972/RJ)
ADVOGADO : HENRIQUE SMIJTINK (67641/PR)
ADVOGADO : LAIS THOME JUNG (95476/PR)
REU : AGENOR FRANKLIN MAGALHAES MEDEIROS
ADVOGADO : BENO FRAGA BRANDAO (20920/PR)
ADVOGADO : GABRIELA CAMPOS MASCHIO (91647/PR)
ADVOGADO : ANDREA VAINER (305946/SP)
ADVOGADO : FELIPE AMERICO MORAES (72289/PR)
ADVOGADO : IGOR ARTHUR RAYZEL (75656/PR)
ADVOGADO : JULIANA GUIMARAES BARATELLA (418839/SP)
ADVOGADO : LEANDRO ALTERIO FALAVIGNA (222569/SP)
ADVOGADO : LUIS CARLOS DIAS TORRES (131197/SP)
ADVOGADO : PAULO TIAGO SULINO MULITERNO (346217/SP)
REU : CARLOS FERNANDO COSTA
ADVOGADO : CAIO FERRARIS (389518/SP)
ADVOGADO : JESSICA LOUIZE DOS SANTOS BUIAR (87832/PR)
ADVOGADO : RAFAEL VALENTINI (350642/SP)
ADVOGADO : ENZO VASQUEZ CASAVOLA FACHINI (373949/SP)
REU : ANDRE LUIZ BASTOS PETITINGA
ADVOGADO : CAIO MOUSINHO HITA (43776/BA)
ADVOGADO : THARIN REGINA REFFATTI (63835/PR)
ADVOGADO : DENISE DO ROCIO BLEY (47126/PR)
ADVOGADO : LIANA NOVAES MONTENEGRO MARAMBAIA (25723/BA)
ADVOGADO : MARCELO MARAMBAIA CAMPOS (19523/BA)
ADVOGADO : MAURICIO BAPTISTA LINS (18411/BA)
ADVOGADO : SEBASTIAN BORGES DE ALBUQUERQUE MELLO (14471/BA)
REU : MANUEL RIBEIRO FILHO
ADVOGADO : CAIO MOUSINHO HITA (43776/BA)
ADVOGADO : DENISE DO ROCIO BLEY (47126/PR)
ADVOGADO : MARCELO MARAMBAIA CAMPOS (19523/BA)
ADVOGADO : THARIN REGINA REFFATTI (63835/PR)
REU : VALDEMIR FLAVIO PEREIRA GARRETA
ADVOGADO : RENATO SCIULLO FARIA (182602/SP)
ADVOGADO : CAMILLA MARANHO RIBAS DA SILVA (38180/PR)
ADVOGADO : FERNANDO NEVES SILVA (94445/PR)
ADVOGADO : GABRIELA LUIGGI SENATORE (394842/SP)
ADVOGADO : LEANDRO RACA (407616/SP)
ADVOGADO : MARIANA FERRAZ DE ALMEIDA RODRIGUES (417809/SP)
ADVOGADO : RICARDO FONSECA CHIARELLO (392352/SP)

REU : ARMANDO RAMOS TRIPODI
ADVOGADO : CARLA MAGGI BATISTA (159420/RJ)
ADVOGADO : CASSIO QUIRINO NORBERTO (57219/PR)
ADVOGADO : HENRIQUE SMIJTINK (67641/PR)
REU : CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE FIGUEIREDO
ADVOGADO : JESSICA ALVES VASCONCELLOS (53941/BA)
ADVOGADO : DANIEL FARIAS CAVALCANTE MARTINS (66302/BA)
ADVOGADO : MARCELO LEBRE CRUZ (48594/PR)
ADVOGADO : MARIANA COELHO CANTU (74918/PR)
REU : ALEXANDRE ANDRADE SUAREZ
ADVOGADO : VIVIANE SANTANA JACOB RAFFAINI (257193/SP)
ADVOGADO : MARIANA CALVELO GRACA (367990/SP)
ADVOGADO : DANIEL ROMEIRO (234983/SP)
ADVOGADO : GISELA SILVA TELLES (391054/SP)
ADVOGADO : ISABELA PRADINES COELHO GUARITA SABINO (371450/SP)
ADVOGADO : LUIS FERNANDO SILVEIRA BERALDO (206352/SP)
ADVOGADO : MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI (222933/SP)
ADVOGADO : PAOLA ROSSI PANTALEAO (356987/SP)
REU : MARIO SEABRA SUAREZ
ADVOGADO : DANIEL ROMEIRO (234983/SP)
ADVOGADO : GISELA SILVA TELLES (391054/SP)
ADVOGADO : ISABELA PRADINES COELHO GUARITA SABINO (371450/SP)
ADVOGADO : PAOLA ROSSI PANTALEAO (356987/SP)
ADVOGADO : VIVIANE SANTANA JACOB RAFFAINI (257193/SP)
ADVOGADO : LUIS FERNANDO SILVEIRA BERALDO (206352/SP)
ADVOGADO : MARCELO GASPAR GOMES RAFFAINI (222933/SP)
ADVOGADO : MARIANA CALVELO GRACA (367990/SP)
ADVOGADO : SHAIANE TASSI MOUSQUER (64895/RS)
REU : ANDRE VITAL PESSOA DE MELO
ADVOGADO : FELIPE MARTINS PINTO (82771/MG)
ADVOGADO : PAULA ROCHA GOUVEA BRENER (189740/MG)
REU : MATEUS COUTINHO DE SA OLIVEIRA
ADVOGADO : MARIA LUIZA MALUF NOVAES (408043/SP)
ADVOGADO : BRUNO LAMBERT MENDES DE ALMEIDA (291482/SP)
ADVOGADO : CAIO NOGUEIRA DOMINGUES DA FONSECA (308065/SP)
ADVOGADO : ADRIANO SCALZARETTO (286860/SP)
ADVOGADO : ANA CAROLINA PASTORE RODRIGUES (344895/SP)
REU : ADRIANO SANTANA QUADROS DE ANDRADE
ADVOGADO : CAIO NOGUEIRA DOMINGUES DA FONSECA (308065/SP)
ADVOGADO : BRUNO DONADIO ARAUJO (374731/SP)
ADVOGADO : BRUNO LAMBERT MENDES DE ALMEIDA (291482/SP)
ADVOGADO : MARIA LUIZA MALUF NOVAES (408043/SP)

ADVOGADO : ADRIANO SCALZARETTO (286860/SP)
REU : JOSE MARIA LINHARES NETO
ADVOGADO : BRUNO DONADIO ARAUJO (374731/SP)
ADVOGADO : BRUNO LAMBERT MENDES DE ALMEIDA (291482/SP)
ADVOGADO : ADRIANO SCALZARETTO (286860/SP)
ADVOGADO : ANA CAROLINA PASTORE RODRIGUES (344895/SP)
ADVOGADO : MARIA LUIZA MALUF NOVAES (408043/SP)
REU : MARCELO THADEU DA SILVA NETO
ADVOGADO : MARIA LUIZA MALUF NOVAES (408043/SP)
ADVOGADO : BRUNO LAMBERT MENDES DE ALMEIDA (291482/SP)
ADVOGADO : CAIO NOGUEIRA DOMINGUES DA FONSECA (308065/SP)
ADVOGADO : BRUNO DONADIO ARAUJO (374731/SP)
ADVOGADO : ADRIANO SCALZARETTO (286860/SP)
ADVOGADO : ANA CAROLINA PASTORE RODRIGUES (344895/SP)
REU : RAMILTON LIMA MACHADO JUNIOR
ADVOGADO : BRUNO LAMBERT MENDES DE ALMEIDA (291482/SP)
ADVOGADO : CAIO NOGUEIRA DOMINGUES DA FONSECA (308065/SP)
ADVOGADO : BRUNO DONADIO ARAUJO (374731/SP)
ADVOGADO : ADRIANO SCALZARETTO (286860/SP)
ADVOGADO : ANA CAROLINA PASTORE RODRIGUES (344895/SP)
ADVOGADO : MARIA LUIZA MALUF NOVAES (408043/SP)
REU : ROBERTO SOUZA CUNHA
ADVOGADO : BRUNO LAMBERT MENDES DE ALMEIDA (291482/SP)
ADVOGADO : CAIO NOGUEIRA DOMINGUES DA FONSECA (308065/SP)
ADVOGADO : BRUNO DONADIO ARAUJO (374731/SP)
ADVOGADO : MARIA LUIZA MALUF NOVAES (408043/SP)
ADVOGADO : ADRIANO SCALZARETTO (286860/SP)
REU : ANDRE PEDREIRA DE FREITAS SA
ADVOGADO : CRISTIANE PETRO (112949/RS)
ADVOGADO : CAMILE ELTZ DE LIMA (58443/RS)
ADVOGADO : ALEXANDRE LIMA WUNDERLICH (36846/RS)
ADVOGADO : GUSTAVO KOJI MAEDA (89608/RS)
ADVOGADO : LUIS FERNANDO MILLA SASS (59109/PR)
ADVOGADO : LUIZA FARIAS MARTINS (95892/RS)
ADVOGADO : MARCELO AZAMBUJA ARAUJO (78969/RS)
ADVOGADO : RENATA MACHADO SARAIVA (76822/RS)
REU : FRANCISCO ALBERTO DA MOTA SANTOS
ADVOGADO : CRISTIANE PETRO (112949/RS)
ADVOGADO : CAMILE ELTZ DE LIMA (58443/RS)
ADVOGADO : GUSTAVO KOJI MAEDA (89608/RS)
ADVOGADO : ALEXANDRE LIMA WUNDERLICH (36846/RS)
ADVOGADO : LUIS FERNANDO MILLA SASS (59109/PR)

ADVOGADO : LUIZA FARIAS MARTINS (95892/RS)
ADVOGADO : MARCELO AZAMBUJA ARAUJO (78969/RS)
ADVOGADO : RENATA MACHADO SARAIVA (76822/RS)
REU : LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO
ADVOGADO : CELSO CORDEIRO DE ALMEIDA E SILVA (161995/SP)
ADVOGADO : ALINE CRISTINA BRAGHINI (310649/SP)
ADVOGADO : JANAINA ALEXANDRA DE FREITAS E FRAZAO (356945/SP)
ADVOGADO : JOSE ARTHUR FERNANDES GENTILE (402948/SP)
ADVOGADO : SAULO VINICIUS DE ALCANTARA (215228/SP)
ADVOGADO : TIAGO DE LIMA ALMEIDA (252087/SP)
ADVOGADO : LUCIANA DE FREITAS (349694/SP)
ADVOGADO : MARCELO AUGUSTO GOMES DA ROCHA (314665/SP)
ADVOGADO : PEDRO JUNQUEIRA PIMENTA BARBOSA SANDRIN (328275/SP)
REU : WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : JOAO JOSE RICHE JUNIOR (136345/RJ)
ADVOGADO : ANA CAROLINE VASCONCELOS DO PRADO (326115/SP)
ADVOGADO : JONATHAN DUTRA BARROS (166783/RJ)
REU : ELMAR JUAN PASSOS VARJAO BOMFIM
ADVOGADO : CAIO FERNANDO PONCZEK DO PRADO (79581/PR)
ADVOGADO : CARLA VANESSA TIOZZI HUYBI DE DOMENICO CAPARICA APARICIO (146100/SP)
ADVOGADO : ANA LUCIA PENON GONCALVES LADEIRA (192951/SP)
ADVOGADO : ELISE OLIVEIRA REZENDE GARDINALI (285624/SP)
REU : ROGERIO SANTOS DE ARAUJO
ADVOGADO : ANDRE AUGUSTO MENDES MACHADO (200553/SP)
ADVOGADO : LUCIANA ZANELLA LOUZADO (155560/SP)
REU : MARICE CORREA DE LIMA
ADVOGADO : CLAUDIO GAMA PIMENTEL (46630/SP)
ADVOGADO : GABRIELA GLASER GARCIA (97662/PR)
ADVOGADO : ANDRE FINI TERCAROLLI (253556/SP)
REU : MARCOS FELIPE MENDES PINTO
ADVOGADO : VIVIANE SANTANA JACOB RAFFAINI (257193/SP)
ADVOGADO : MARIANA CALVELO GRACA (367990/SP)
ADVOGADO : GISELA SILVA TELLES (391054/SP)
ADVOGADO : DANIEL ROMEIRO (234983/SP)
ADVOGADO : ISABELA PRADINES COELHO GUARITA SABINO (371450/SP)
ADVOGADO : LUIS FERNANDO SILVEIRA BERALDO (206352/SP)
ADVOGADO : MARCELO GASPAS GOMES RAFFAINI (222933/SP)
ADVOGADO : PAOLA ROSSI PANTALEAO (356987/SP)
REU : JOAO VACCARI NETO
ADVOGADO : RICARDO RIBEIRO VELLOSO (182637/SP)
ADVOGADO : HELEN SALVARO BEAL (65295/DF)

ADVOGADO : KAROLINE ALVES CREPALDI (99320/PR)
ADVOGADO : LOUISE MATTAR ASSAD (60259/PR)
ADVOGADO : LUIZ EDUARDO RODRIGUES GREENHALGH (38555/SP)
ADVOGADO : VICENTE BOMFIM (72059/PR)
REU : WASHINGTON DOS SANTOS CAVALCANTE
ADVOGADO : MARIA AUGUSTA ANDRADE KREJCI (19015/BA)
ADVOGADO : TIAGO ANDRADE KREJCI (57239/SC)
TERCEIRO INTERESSADO : PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS
ADVOGADO : RODRIGO RIBEIRO (103005/PR)
ADVOGADO : BRUNO MALINOWSKI CORREIA (63705/PR)
ADVOGADO : CARLOS DA SILVA FONTES FILHO (59712/RJ)
ADVOGADO : HELIO SIQUEIRA JUNIOR (62929/RJ)
ADVOGADO : RAFAEL FABRICIO DE MELO (41919/PR)
ADVOGADO : ALEXANDRE KNOPFHOLZ (35220/PR)
ADVOGADO : EDUARDO HENRIQUE KNESEBECK (72313/PR)
ADVOGADO : GUILHERME DE OLIVEIRA ALONSO (50605/PR)
ADVOGADO : GUSTAVO BRITTA SCANDELARI (40675/PR)
ADVOGADO : LARISSA ROSS (98322/PR)
ADVOGADO : LUIS OTAVIO SALES DA SILVA JUNIOR (45531/PR)
ADVOGADO : RENE ARIEL DOTTI (02612/PR)
ADVOGADO : VICTORIA DE BARROS E SILVA (94417/PR)
TERCEIRO INTERESSADO : SR/PF/DF

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL

CARTÓRIO DA 1ª ZONA ELEITORAL - BRASÍLIA-DF

CRS 512, BLOCO B, LOJAS 70/71, Asa Sul, Brasília - DF - TELEFONE: (61) 3048-4504 / 3048-4500 - email ze1df@tre-df.jus.br

D E C I S Ã O

AÇÃO PENAL ELEITORAL (11528) 0600195-60.2022.6.07.0001

A ação penal originária da 13ª Vara Federal de Curitiba (processo nº 505986-50.2018.4.04.7000) tem por objetivo apurar crimes de corrupção (ativa e passiva), gestão fraudulenta de instituição financeira, lavagem de ativos e organização criminosa, praticados no contexto da construção e ampliação da chamada "Torre de Pituba", em Salvador/BA.

O feito conta com aproximadamente 130 (cento e trinta) processos incidentais, todos declinados para a competência deste Juízo, além de outros 21 (vinte e um) processos com declínio parcial, conforme consignado na decisão de ID 111996845 - Pág. 1.

O Ofício nº 55/2023, de ID 115414615 - Pág. 1, relaciona os números de distribuição dos feitos tanto na 13ª Vara Federal de Curitiba quanto nesta 1ª Zona Eleitoral.

A ação penal encontrava-se na fase prevista no artigo 402 do Código de Processo Penal quando o Supremo Tribunal Federal determinou o declínio de competência em favor deste Juízo Eleitoral, nos autos da Reclamação 52466.

Após o declínio de competência, houve a suspensão do trâmite processual nesta Justiça Eleitoral até a confirmação da competência, devido à interposição de recurso na mencionada Reclamação 52466. Posteriormente, o processo ficou pendente de deliberação nos autos da Reclamação 43007, acerca da validade das provas oriundas do acordo de leniência da Odebrecht, extraídas dos sistemas *Drousys e MyWebDay*.

Recentemente, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se no sentido de possibilitar o prosseguimento da ação penal, conforme exposto em sua cota ministerial (ID 122230868), apresentando nova denúncia (ID 122230875).

Na referida denúncia, apontou a possível prática do crime de falsidade ideológica eleitoral, tipificado no artigo 350 do Código Eleitoral, mas requereu a extinção da punibilidade devido à prescrição.

Ressaltou que a prescrição dos crimes eleitorais não prejudica a competência desta Justiça especializada, permanecendo a atribuição para julgar as demais infrações penais conexas.

O Ministério Público Eleitoral também solicitou o desentranhamento dos elementos de prova invalidados pelo Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de eliminar qualquer potencial nulidade processual. Destacou que tais documentos não foram utilizados na nova peça acusatória.

Adicionalmente, requereu a convalidação dos atos processuais e dos atos decisórios não meritórios proferidos na Justiça de origem, ressaltando que a invalidação determinada pelo Supremo Tribunal Federal na Reclamação 52466 não impede a confirmação desses atos na esfera eleitoral. Para tanto, apresentou precedentes, inclusive do Tribunal Superior Eleitoral, relacionados à Operação Lava Jato, e solicitou a convalidação dos seguintes atos:

- *decisões que decretaram a quebra de sigilos bancário, fiscal, telemático e telefônico de investigados, denunciados e pessoas jurídicas com eles relacionada s (decisão inicial e decisões subsequentes que atenderam a pedidos complementares de quebra de sigilo conforme o avançar das investigações) proferidas na Quebra de Sigilo 0600046- 30.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5037370-66.2016.4.04.7000).*

- *decisões que decretaram e que autorizaram o processamento de quebra de sigilo bancário de contas sediadas na Suíça relacionadas a DAVID ARAZI e MARCIA MILEGUIR, proferidas na Quebra de Sigilo 0600045-45.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5019274-32.2018.4.04.7000).*

- *as decisões que determinaram medidas de busca e apreensão somente, excluídas neste momento as decisões do mesmo procedimento relativas a prisões cautelares e a bloqueio de bens, proferidas no Pedido de Prisão Preventiva n. 0600056- 74.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5047430-30.2018.4.04.7000).*

- *decisões que homologaram as colaborações premiadas dos acusados MÁRIO SUAREZ, ALEXANDRE SUAREZ, MARCOS MENDES PINTO e do investigado Paulo Henrique Mendes Pinto, proferidas já no curso do processamento da ação penal na Justiça Federal e que ora estão encartadas nos seguintes autos eletrônicos:*

- *Homologação em Acordo de Colaboração Premiada 0600183- 46.2022.6.07.0001 (antigo Processo n. 5072842-26.2019.4.04.7000) - acordo de colaboração de Mário Suarez;*

- *Homologação em Acordo de Colaboração Premiada 0600185-16.2022.6.07.0001 (antigo Processo n. 5072926-27.2019.4.04.7000) - acordo de colaboração premiada de Marcos Felipe Mendes Pinto;*

- *Homologação em Acordo de Colaboração Premiada 0600187- 83.2022.6.07.0001 (antigo Processo n. 5072920-20.2019.4.04.7000) - acordo de colaboração premiada de Alexandre Suarez;*

- *Homologação em Acordo de Colaboração Premiada 0600019-47.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5075843-19.2019.4.04.7000) - acordo de colaboração premiada de Paulo Henrique Duarte Mendes Pinto; e ainda*

- *Representação Criminal 0600186-98.2022.6.07.0001 (antigo Processo n. 5020489-72.2020.4.04.7000) - instaurado para a destinação de termos de depoimento prestados pelos colaboradores Mário Suarez, Marcos Felipe Mendes Pinto, Alexandre Suarez e Alexandre Suarez no âmbito de seus respectivos acordos.*

Requeru a extinção da punibilidade, em razão da prescrição, em favor dos investigados Antônio Sérgio Santana e Manuel Ribeiro, relativamente a todos os delitos que lhes foram imputados. Além disso, pleiteou a prescrição parcial em relação aos demais acusados, nos seguintes termos:

Com a anulação dos atos decisórios decretada pelo STF na Reclamação 52.466, o recebimento da denúncia na Justiça Federal do Paraná perdeu a sua eficácia como causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva estatal, não havendo, até o momento outra causa com tal efeito jurídico.

Ademais, alguns dos acusados na origem, ora investigados, têm mais de 70 (setena) anos neste momento, o que determina a aplicação, quanto a estes, da redução dos prazos prescricionais de que trata o art. 115 do Código Penal.

Os vários crimes imputados na denúncia originária, referentes a períodos distintos e com marcos iniciais da prescrição também diversos (conforme regras do art. 111 do Código Penal), foram capitulados nos art. 317, §1º, e art. 333, parágrafo único, do Código Penal; no art. 4º, caput, e art. 5º, caput, da Lei n. 7.492/1986; no art. 1º, §4º, da Lei n. 9.613/1998; e, por fim, no art. 2º, caput e § 4º, incisos II, III, IV e V, c/c art. 1º, § 1º, todos da Lei n. 12.850/2013.

Os delitos dos art. 317, §1º, e art. 333, parágrafo único, do Código Penal; do art. 1º, §4º, da Lei n. 9.613/1998; e, por fim, no art. 2º, caput e § 4º, incisos II, III, IV e V, da Lei n. 12.850/2013, ante as causas de aumento e qualificadoras imputadas, têm prescrição da pretensão punitiva estatal máxima, em 20 (vinte) anos, na forma do art. 109, I, do Código Penal.

O crime do art. 4º, caput, da Lei n. 7.492/1986, com pena máxima de 12 (doze) anos de reclusão, prescreve em 16 (dezesesseis) anos (art. 109, II, Código Penal); ao passo que o crime do art. 5º, caput, da mesma Lei n. 7.492/1986, com pena privativa de liberdade máxima de 6 (seis) anos, prescreve em 12 (doze) anos (art. 109, III, Código Penal).

Além disso, devem ser aplicadas as regras do art. 111, incisos I e III, do Código Penal para definir o início da contagem da prescrição conforme os crimes imputados sejam de consumação instantânea ou permanentes; bem como a referida regra de prescrição etária, art. 115 do Código Penal, para os imputados com mais de 70 (setenta) anos; e, ainda, a contagem em separado dos prazos prescricionais, conforme o art. 119 do Código Penal.

Nessa esteira, e da aplicação dessas normas em atenção ao quanto descrito e comprovado na denúncia, tem-se que estão prescritos:

- *para todos os imputados, os delitos do art. 5º, caput, da Lei 7.492/1986 praticados antes de setembro de 2012;*

- *para os antes denunciados com mais de 70 (setenta) anos, todas as condutas capituladas no art. 4º, caput, da Lei 7.492/1986, pois praticadas há mais de 8 (oito) anos (2016);*

- *para os antes denunciados com mais de 70 (setenta) anos, todos os crimes de corrupção ativa e de corrupção passiva (arts. 317, §1º, e 333, parágrafo único, Código Penal) praticados há mais de 10 (dez) anos (2014).*

Com relação aos crimes capitulados no art. 1º da Lei 9.613/1998, com a causa de aumento do §4º do dispositivo, há de se considerar, conforme a descrição das condutas típicas e as provas que a amparam, a natureza de infração penal permanente na modalidade de ocultação, conforme fixou o Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Penal 8633 - valendo anotar que a prescrição da infração penal antecedente não enseja a prescrição do delito de lavagem, conforme pacífica jurisprudência.

Já a infração penal de organização criminosa (Lei 12.850/2013), ante as causas de aumento imputadas e os períodos dos fatos, não foram atingidas pela prescrição, ressalvada a situação específica de dois denunciados com mais e 70 (setenta) anos que deixaram os postos que ocupavam nos entes envolvidos no ano de 2012.

Requer o recebimento da nova denúncia, com a continuidade do processamento da ação penal neste mesmo processo eletrônico.

Solicita, ainda, que seja garantida a publicidade da ação penal, mantendo-se, contudo, o sigilo restrito às medidas cautelares correlatas.

É o relatório.

Decido.

1. Prescrição. Crime de falsidade ideológica eleitoral

O Ministério Público Eleitoral relatou a possível prática do delito de falsidade ideológica eleitoral, conexo aos fatos imputados na presente ação penal.

Alegou que os registros apresentados à Justiça Eleitoral sobre as entradas de recursos no caixa do Partido dos Trabalhadores (PT), supostamente a título de doações empresariais regulares, são falsos, uma vez que esses valores advieram de desvios de recursos da PETROS e da PETROBRÁS.

Ressaltou que os documentos submetidos para fins de prestação de contas à Justiça Eleitoral configuram documentos particulares, considerando que a emissão e o preenchimento são de responsabilidade do próprio partido, uma pessoa jurídica de direito privado, ainda que os documentos sigam modelos predefinidos.

Observou, ainda, que houve a entrega de valores que sequer foram registrados nas prestações de contas anuais do PT, tratando-se de recursos arrecadados fora da contabilidade partidária regular. Tal fato evidencia omissões em documento de natureza particular (formulário de prestação de contas partidárias).

O Ministério Público sustentou que a pretensão punitiva se encontra prescrita, tendo em vista que os fatos ocorreram entre 2012 e 2014, com obrigação de constarem, no máximo, na prestação de contas apresentada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em meados de 2015.

O delito de falsidade ideológica eleitoral, tipificado no artigo 350 do Código Eleitoral, prevê uma pena máxima de três anos para situações que envolvem documentos particulares. Dessa forma, conforme o artigo 109, inciso IV, do Código Penal, o prazo prescricional para tal delito é de 8 (oito) anos, uma vez que a pena máxima cominada "é superior a dois anos e não excede a quatro".

Ante o transcurso de lapso temporal superior a 8 (oito) anos, declaro extinta a punibilidade de eventual investigado pelo crime de falsidade ideológica eleitoral, tipificado no artigo 350 do Código Eleitoral, nos termos dos artigos 107, inciso IV, c/c 109, inciso IV, ambos do Código Penal.

2. Competência

Apesar da prevalência da extinção da punibilidade dos delitos de natureza eleitoral, conforme sustentado pelo Ministério Público Eleitoral, subsiste a competência desta Justiça especializada para o exame dos demais crimes conexos.

O entendimento que prevalece é de que a Justiça Eleitoral mantém sua competência para conduzir persecuções penais envolvendo crimes eleitorais e os eventuais delitos comuns a eles conexos, mesmo que tenha ocorrido a prescrição da pretensão punitiva em relação ao delito eleitoral. Esse posicionamento encontra amparo na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF, RHC 177243, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, julgado em 29/6/2021, Informativo nº 1024) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, HC 612636, Rel. Min. Jesuíno Rissato - Desembargador Convocado do TJDF, Red. p/ o acórdão Min. Ribeiro Dantas, 5ª Turma, julgado em 05/10/2021, Informativo nº 713).

Firmo, assim, a competência desta Justiça Eleitoral para o prosseguimento da análise dos demais delitos conexos.

3. Prescrição

Contam com mais de 70 anos, os acusados ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA (20/08/1952 - ID 111803800, p. 1), MÁRIO SEABRA SUAREZ (02/02/1954 - vide denúncia), IRANI ROSSINI DE SOUZA (10/11/1946 - vide denúncia), ANDRÉ PEDREIRA DE FREITAS SÁ (11/02/1945 - vide denúncia), FRANCISCO ALBERTO DA MOTA SANTOS (06/12/1943 - vide denúncia), ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO (19/09/1948 - vide denúncia), JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (29/09/1951 - vide denúncia), MANUEL RIBEIRO FILHO (16/02/1950 - vide denúncia), JOSÉ NOGUEIRA FILHO (02/10/1951 - vide denúncia), AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS (08/06/1948 - ID 111803793,p. 1) e DAVID ARAZI (10/03/1948 - ID 111803810, p. 2).

3.1. Prescrição. Acusados ANTÔNIO SÉRGIO SANTANA e MANUEL RIBEIRO

O "Parquet" pleiteou a extinção da punibilidade dos acusados ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA e MANUEL RIBEIRO FILHO em relação a todos os crimes descritos na denúncia, em virtude de possuírem mais de 70 (setenta) anos de idade.

Conforme a denúncia, foram imputadas a ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA as seguintes práticas delituosas: artigo 317, § 1º, do Código Penal (primeira, segunda e terceira imputações); artigo 4º da Lei 7.492/1986 (sexta imputação); artigo 5º da Lei 7.492/1986 (sexta imputação); artigo 1º da Lei 9.613/1998 (sétima e nona imputações); e artigo 2º da Lei 12.850/2013 (vigésima primeira imputação).

Em relação a MANUEL RIBEIRO FILHO, os delitos atribuídos são: artigo 333, parágrafo único, do Código Penal (segunda imputação); artigo 4º da Lei 7.492/1986 (sexta imputação); artigo 5º da Lei 7.492/1986 (sexta imputação); artigo 1º da Lei 9.613/1998 (sétima imputação); e artigo 2º da Lei 12.850/2013 (vigésima primeira imputação).

Considerando tais imputações, observa-se que a maior pena máxima aplicável seria de 12 (doze) anos, conforme os artigos 317 e 333 do Código Penal e o artigo 4º da Lei 7.492/1986. Portanto, nos termos do artigo 109, inciso II, do Código Penal, o prazo prescricional, em tese, seria de 16 (dezesseis) anos. Entretanto, em razão de ambos os réus contarem com mais de 70 (setenta) anos, incide a redução pela metade do prazo prescricional, conforme estabelece o artigo 115 do Código Penal, resultando em um prazo prescricional de 8 (oito) anos.

Tendo em vista que as condutas atribuídas cessaram no ano de 2012, conclui-se que a prescrição se concretizou em 2020.

Diante do exposto, julgo extinta a punibilidade de ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA e MANUEL RIBEIRO FILHO em relação a todos os crimes que lhes foram imputados, com fundamento nos artigos 107, inciso IV, combinado com o artigo 115 do Código Penal.

Doravante, deixo de deliberar sobre quaisquer matérias referentes aos réus mencionados, tendo em vista a declaração de prescrição ora firmada.

3.2. Prescrição. Delitos dos artigos 4º, "caput" e 5º, "caput", da Lei 7492/1986. Réus maiores de 70 (setenta) anos.

O Ministério Público oficiou pela prescrição inerente as condutas tipificadas nos artigos 4º, "caput" e 5º, "caput", da Lei 7.492/1986, com relação a todos os denunciados com mais de 70 (setenta) anos.

Conforme a denúncia (sexta imputação), os crimes teriam sido cometidos entre 20/05/2009 e 16/06/2014.

A pena máxima prevista para o delito de "gerir fraudulentamente instituição financeira" é de 12 (doze) anos, aplicando-se, portanto, o prazo prescricional de 16 (dezesseis) anos, conforme dispõe

o artigo 109, inciso II, do Código Penal. Já o crime de apropriação de bem público móvel possui pena máxima de 6 (seis) anos, incidindo, conseqüentemente, o prazo prescricional de 12 (doze) anos, nos termos do artigo 109, inciso III, do Código Penal.

Os crimes foram imputados aos acusados WAGNER PINHEIRO, NEWTON CARNEIRO, LUÍS CARLOS FERNANDES, CARLOS COSTA, ARMANDO TRIPODI, ANTÔNIO SÉRGIO SANTANA, CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO, GILSON ALVES, MÁRIO SUAREZ, ALEXANDRE SUAREZ, RODRIGO BARRETTO, ANDRÉ SÁ, FRANCISCO MOTA, IRANI ROSSINI, MARCELO ODEBRECHT, PAUL ALTIT, DJEAN CRUZ, JOÃO VACCARI, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO (LÉO PINHEIRO), MANUEL RIBEIRO, ELMAR VARJÃO e JOSÉ NOGUEIRA.

Dentre os referidos denunciados, ANTÔNIO SÉRGIO SANTANA, MÁRIO SEABRA SUAREZ, ANDRÉ PEDREIRA DE FREITAS SÁ, FRANCISCO ALBERTO DA MOTA SANTOS, IRANI ROSSINI DE SOUZA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, MANUEL RIBEIRO FILHO e JOSÉ NOGUEIRA FILHO possuem mais de 70 (setenta) anos de idade. Assim, aplica-se a redução do prazo prescricional pela metade, conforme o disposto no artigo 115 do Código Penal, resultando em prazos prescricionais de 8 (oito) anos e 6 (seis) anos, respectivamente.

Diante disso, conclui-se que as condutas descritas na denúncia restaram atingidas pela prescrição em relação aos acusados com mais de 70 (setenta) anos, impondo-se o reconhecimento da extinção da punibilidade quanto aos crimes previstos nos artigos 4º, "caput", e 5º, "caput", ambos da Lei 7.492/1986, em favor de MÁRIO SEABRA SUAREZ, ANDRÉ PEDREIRA DE FREITAS SÁ, FRANCISCO ALBERTO DA MOTA SANTOS, IRANI ROSSINI DE SOUZA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e JOSÉ NOGUEIRA FILHO, nos termos dos artigos 107, inciso IV, c/c 115 do Código Penal.

3.3. Prescrição parcial. Artigo 5º, "caput", da Lei 7492/1986. Crimes praticados até setembro de 2012. Demais acusados.

O Ministério Público manifestou-se pela prescrição do crime tipificado no artigo 5º, "caput", da Lei 7.492/1986, quando praticado antes de setembro de 2012, em favor de todos os acusados.

Diante desse delito, remanescem como acusados WAGNER PINHEIRO, NEWTON CARNEIRO, LUÍS CARLOS FERNANDES, CARLOS COSTA, ARMANDO TRIPODI, CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO, GILSON ALVES, ALEXANDRE SUAREZ, RODRIGO BARRETTO, MARCELO ODEBRECHT, PAUL ALTIT, DJEAN CRUZ, JOÃO VACCARI e ELMAR VARJÃO, os quais não estão abarcados pela prescrição etária.

Conforme a denúncia, o crime foi praticado entre 20/05/2009 e 16/06/2014 (sexta imputação).

Para o delito de apropriação de bem público móvel, a pena máxima prevista é de 6 (seis) anos, resultando em um prazo prescricional de 12 (doze) anos, conforme o artigo 109, inciso III, do Código Penal.

Dessa forma, verifica-se que, em relação aos fatos ocorridos até novembro de 2012, houve o transcurso do prazo prescricional estabelecido pela pena máxima em abstrato, o que conduz ao reconhecimento da extinção da punibilidade, restritamente quanto a esse período, em relação ao crime de corrupção passiva (artigo 317, "caput", do Código Penal), nos termos do artigo 107, inciso IV, do Código Penal.

Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de WAGNER PINHEIRO, NEWTON CARNEIRO, LUÍS CARLOS FERNANDES, CARLOS COSTA, ARMANDO TRIPODI, CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO, GILSON ALVES, ALEXANDRE SUAREZ, RODRIGO BARRETTO, MARCELO ODEBRECHT, PAUL ALTIT, DJEAN CRUZ, JOÃO VACCARI e ELMAR VARJÃO, exclusivamente em relação ao período de 20/05/2009 até novembro/2012, no tocante ao delito previsto no artigo 5º, "caput", da Lei 7492/1986. Subsistem, para fins de ulterior deliberação, os fatos que, em tese, cometidos de outubro de 2012 até 16 de junho de 2014.

3.4. Prescrição. Crimes de corrupção ativa e passiva. Réus maiores de 70 (setenta) anos.

A Promotoria de Justiça manifestou-se pelo reconhecimento da prescrição em relação aos acusados com mais de 70 (setenta) anos, no que tange a todos os crimes de corrupção ativa e passiva, considerando que tais delitos foram cometidos há mais de 10 (dez) anos.

Os crimes de corrupção mencionados na denúncia estão descritos nas 2ª, 3ª, 4ª e 5ª imputações, com narrativas de condutas que, no máximo, se estenderam até 16/06/2014.

A pena máxima prevista para os crimes de corrupção ativa e passiva é de 12 (doze) anos, o que acarreta um prazo prescricional de 16 (dezesseis) anos, conforme o artigo 109, inciso II, do Código Penal. Contudo, os réus MÁRIO SEABRA SUAREZ, ALEXANDRE ANDRADE SUAREZ, ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, JOSÉ NOGUEIRA FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS possuem mais de 70 (setenta) anos de idade, incidindo, portanto, o fator de redução de prazo prescricional pela metade, nos termos do artigo 115 do Código Penal, fixando-se o marco prescricional em 8 (oito) anos.

Dessa forma, constata-se que os crimes de corrupção ativa e passiva descritos na denúncia, em relação aos acusados com mais de 70 (setenta) anos, foram atingidos pela prescrição, impondo-se o reconhecimento da extinção da punibilidade do delito previsto no artigo 333 do Código Penal em benefício dos réus MÁRIO SEABRA SUAREZ, ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, MANUEL RIBEIRO FILHO, JOSÉ NOGUEIRA FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS.

4. Imputações prevaletentes na nova peça acusatória

Com base na nova peça acusatória ofertada pelo Ministério Público, subsistem os seguintes acusados e respectivas imputações:

Acusado	Imputações
Armando Ramos Tripodi	Artigo 317, § 1º, do Código Penal (1ª, 2ª e 3ª imputação) Artigo 4ª, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 5º, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª, 8ª, 9ª e 10ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Renato de Souza Duque	Artigo 317, § 1º, do Código Penal (4ª e 5ª imputação) Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (11ª e 12ª imputação)
Gilson Alves de Souza	Artigo 317, § 1º, do Código Penal (1ª, 2ª e 3ª imputação) Artigo 4ª, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª, 9ª e 10ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Carlos Alberto Ribeiro de Figueiredo	Artigo 317, § 1º, do Código Penal (1ª, 2ª e 3ª imputação) Artigo 4ª, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 5º, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª, 8ª, 9ª e 10ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)

Wagner Pinheiro de Oliveira	Artigo 4 ^a , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a e 9 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
Newton Carneiro da Cunha	Artigo 4 ^a , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 5 ^o , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a , 8 ^a , 9 ^a e 10 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
Luís Carlos Fernandes Afonso	Artigo 4 ^a , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 5 ^o , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a , 8 ^a , 9 ^a , 10 ^a , 16 ^a , 17 ^a e 18 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
Carlos Fernando Costa	Artigo 4 ^a , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 5 ^o , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a , 8 ^a , 9 ^a , 10 ^a e 18 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
João Vaccari Neto	Artigo 317, § 1 ^o , do Código Penal (4 ^a e 5 ^a imputação) Artigo 4 ^a , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 5 ^o , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (11 ^a , 12 ^a , 13 ^a , 14 ^a e 15 ^a imputação)
Mário Seabra Suarez	Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a , 8 ^a , 9 ^a , 10 ^a , 19 ^a e 20 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
Alexandre Andrade Suarez	Artigo 333, § único do Código Penal (1 ^a , 2 ^a e 3 ^a imputação) Artigo 4 ^a , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 5 ^o , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a , 8 ^a , 9 ^a , 10 ^a , 19 ^a e 20 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
Rodrigo de Araújo Silva Barretto	Artigo 4 ^a , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 5 ^o , da Lei 7492/1986 (6 ^a imputação) Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
Marcos Felipe Mendes Pinto	Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (7 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
Irani Rossini de Souza	Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (20 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)
André Pedreira de Freitas Sá	Artigo 1 ^o , da Lei 9613/1998 (19 ^a imputação) Artigo 2 ^o , da Lei 12850/2013 (21 ^a imputação)

Francisco Alberto da Mota Santos	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (19ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Rogério Santos de Araújo	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (11ª imputação)
Marcelo Bahia Odebrecht	Artigo 333, § único, do Código Penal (3ª e 5ª imputação) Artigo 4ª, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 5º, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (9ª, 10ª, 11ª e 15ª imputação)
Paul Elie Altit	Artigo 333, § único, do Código Penal (3ª e 5ª imputação) Artigo 4ª, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 5º, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (9ª, 10ª, 11ª e 15ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Djean Vasconcelos Cruz	Artigo 333, § único, do Código Penal (3ª imputação) Artigo 4ª, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (9ª, 10ª e 11ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
André Vital Pessoa de Melo	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (15ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
José Adelmario Pinheiro Filho	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª, 8ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª e 17ª imputação)
Elmar Juan Passos Varjão Bomfim	Artigo 333, § único, do Código Penal (2ª imputação) Artigo 4ª, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) Artigo 5º, da Lei 7492/1986 (6ª imputação) - somente outubro/2012 até 16/06/2014 Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª e 8ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
José Nogueira Filho	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª, 8ª, 13ª e 14ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
André Luiz Bastos Petitinga	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª, 8ª, 13ª e 14ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Ramilton Lima Machado Junior	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª, 8ª, 12ª, 13ª, 14ª, 16ª e 17ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Adriano Santana Quadros de Andrade	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)

Mateus Coutinho de Sá Oliveira	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (16ª e 17ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
José Maria Linhares Neto	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Roberto Souza Cunha	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª e 8ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
José Ricardo Nogueira Breghirolli	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (14ª imputação)
Marcelo Thadeu da Silva Neto	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (12ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Washington dos Santos Cavalcante	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (7ª e 8ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Agenor Franklin Magalhães Medeiros	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (12ª imputação)
Valdemir Flávio Pereira Garreta	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (15ª, 16ª e 17ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
William Ali Chaim	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (16ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Marice Correa de Lima	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (13ª, 14ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
David Arazi	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (11ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)
Márcia Mileguir	Artigo 1º, da Lei 9613/1998 (11ª imputação) Artigo 2º, da Lei 12850/2013 (21ª imputação)

5. Desentranhamento de documentos

O Douto Promotor de Justiça, com o intuito de observar o teor da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na Reclamação 43007, requereu a exclusão dos documentos oriundos do sistema Drousys:

2 - que seja determinada, conforme alegações do item "III" e atendendo ao quanto determinado na Reclamação 47.000/DF, a exclusão deste processo eletrônico da documentação que alude ao sistema Drousys, notadamente: 2.1 - os Anexos 303 e 304 da denúncia originária, quais sejam, o Relatório de Informação ASSPA n. 148/2018 - Pesquisa Drousys "Torre Pituba" e ANEXOS e o Relatório de Informação ASSPA n. 164/2018 - Pesquisa Drousys "Al Lorena", que estão no ID 111797269 e no ID 111797270; 2.2) os anexos dos relatórios citados no item "2.1" que foram juntados, já no curso da instrução da ação penal na Justiça Federal, atendendo a pedidos das defesas, que ora estão no ID 111839024, no ID 111839025, no ID 111839026, no ID 111839027, no ID 111839028, no ID 111839029 e no ID 111839030; 2.3) a denúncia originária, no ID 111792216, no ID 111792217, no ID 111792218, no ID 111792219, no ID 111792220, no ID 111792221 e no ID 111792222.

Na aludida reclamação, o Eminentíssimo Ministro DIAS TOFFOLI, declarou "a imprestabilidade dos elementos de prova obtidos a partir do Acordo de Leniência 5020175- 34.2017.4.04.7000, celebrado pela Odebrecht, e dos sistemas Drousys e My Web Day B, bem assim de todos os demais elementos que dele decorrem, em qualquer âmbito ou grau de jurisdição".

Diante disso, com o objetivo de evitar qualquer nulidade, defiro o pedido formulado pelo Ministério Público Eleitoral e, por conseguinte, determino o desentranhamento dos IDs indicados na cota ministerial, por serem decorrentes do sistema *Drousys*, cuja utilização como elemento de prova foi declarada imprestável pela Corte Suprema.

6. Convalidação de decisões - Processos 0600045-45.2023.6.07.0001, 0600056-74.2023.6.07.0001, 0600183-46.2022.6.07.0001, 0600185-16.2022.6.07.0001, 0600187-83.2022.6.07.0001, 0600019-47.2023.6.07.0001 e 0600186-98.2022.6.07.0001

O Ministério Público Eleitoral oficiou pela convalidação de decisões não-meritórias proferidas na Justiça Federal de Curitiba/PR em processos incidentais.

A Quebra de Sigilo 0600045-45.2023.6.07.0001 (anteriormente Processo n. 5019274-32.2018.4.04.7000), teve por objetivo autorizar a quebra de sigilo bancário de contas situadas na Suíça, pertencentes a DAVID ARAZI e MARCIA MILEGUIR.

Na Cautelar 0600056-74.2023.6.07.0001 (anteriormente Processo n. 5047430-30.2018.4.04.7000), o Ministério Público Federal solicitou a realização de buscas e apreensões, bloqueio de ativos e prisões cautelares. Importante consignar que, em relação a este processo, o Ministério Público Eleitoral excluiu do pedido de ratificação dos atos pretéritos as decisões referentes às prisões cautelares e ao bloqueio de bens.

Os processos 0600183-46.2022.6.07.0001 (anteriormente Processo n. 5072842-26.2019.4.04.7000), 0600185-16.2022.6.07.0001 (anteriormente Processo n. 5072926-27.2019.4.04.7000), 0600187-83.2022.6.07.0001 (anteriormente Processo n. 5072920-20.2019.4.04.7000) e 0600019-47.2023.6.07.0001 (anteriormente Processo n. 5075843-19.2019.4.04.7000) versam sobre a homologação dos acordos de colaboração premiada de MÁRIO SUAREZ, MARCOS FELIPE MENDES PINTO, ALEXANDRE SUAREZ e PAULO HENRIQUE DUARTE MENDES PINTO, respectivamente.

A Representação Criminal 0600186-98.2022.6.07.0001 (anteriormente Processo n. 5020489-72.2020.4.04.7000) foi distribuída no Juízo de origem com o objetivo exclusivo de promover o encaminhamento de parte dos termos de colaboração para outros Juízos Federais, a fim de apurar fatos delitivos distintos relatados nos acordos e alheios à presente ação penal.

A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na Reclamação 52466, determinou que a análise quanto ao aproveitamento dos atos instrutórios já praticados seja feita por este Juízo Eleitoral (ID 111996812). Assim constou:

No caso, em face da flagrante ilegalidade e abusividade dos atos praticados em desfavor do reclamante, consiste na incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR para o julgamento da Ação Penal 5059586- 50.2018.4.04.7000, concedo, incidentalmente, habeas corpus de ofício, nos termos do art. 654, § 2º, do CPP, com o fim de remeter o aludido processo à Justiça Eleitoral, que decidirá sobre o aproveitamento dos atos instrutórios já praticados, anulados, desde logo, os atos decisórios.

O Código de Processo Penal prevê que "se, ouvido o Ministério Público, for aceita a declinatória, o feito será remetido ao juízo competente, onde, ratificados os atos anteriores, o processo prosseguirá." (CPP, artigo 108, §1º). Ainda estabelece que "a incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente" (CPP, artigo 567).

Grande parte da doutrina entende que o art. 567 do Código de Processo Penal (CPP), ao prever a anulação restrita aos atos decisórios, aplica-se apenas nos casos de incompetência relativa. Isso ocorre porque, nas situações de incompetência absoluta, haveria a necessidade de anulação tanto dos atos decisórios quanto dos probatórios.

Contudo, a jurisprudência tem interpretado de forma diversa. Baseada nas disposições do Código de Processo Civil (CPC), especialmente no art. 113, § 2º, a jurisprudência considera que, ao se declarar a incompetência absoluta, somente os atos decisórios devem ser anulados, com a remessa dos autos ao juiz competente. De acordo com o art. 64, § 4º, do novo CPC, a decisão proferida pelo juízo incompetente mantém seus efeitos até que uma nova decisão seja tomada pelo juiz competente, salvo disposição em contrário. Assim, mesmo nos casos de incompetência absoluta no processo penal, somente os atos decisórios são anulados, permitindo, portanto, a ratificação dos atos não-decisórios.

Além disso, desde o julgamento do Habeas Corpus nº 83.006/SP, o Supremo Tribunal Federal passou a admitir que o juiz competente possa ratificar até mesmo os atos decisórios. Conforme entendimento do STF, tanto a denúncia quanto seu recebimento por autoridades incompetentes *ratione materiae* podem ser ratificados pelo juízo competente.

Desse modo, observa-se que prevalece nos Tribunais o entendimento de que os atos probatórios não devem ser anulados em casos de incompetência, permitindo-se, inclusive, a ratificação dos atos decisórios pelo juiz competente.

O Juízo Federal de origem fundamentou adequadamente a decretação das medidas cautelares, observando todos os requisitos legais e justificativas necessárias para a sua adoção. Os elementos apresentados demonstram que as decisões foram proferidas em conformidade com as exigências processuais e respeitando o devido processo legal.

No que concerne aos acordos de colaboração premiada homologados, verifica-se que todos seguiram o rito previsto em lei, assegurando-se o direito à ampla defesa e ao contraditório. A homologação foi realizada com a presença de advogados constituídos, garantindo que os colaboradores estivessem devidamente assessorados e que o procedimento fosse conduzido com transparência e regularidade. Assim, não há indícios de irregularidades que possam comprometer a legitimidade desses acordos.

Ademais, os atos decisórios proferidos nos incidentes processuais mencionados foram subscritos por Magistrado livre de qualquer suspeição, reforçando a validade e a imparcialidade das decisões. Diante disso, não se identifica qualquer vício ou nulidade que impeça a convalidação dos atos processuais realizados até o momento.

Entretanto, conforme solicitado pelo Ministério Público Eleitoral, cabe ressaltar, neste momento, a convalidação das ordens de prisão preventiva e das medidas de constrição patrimonial, uma vez que não há evidências de contemporaneidade dos fatos que sustentariam tais providências. A ausência de atualidade nos elementos justificadores das medidas restritivas de liberdade e patrimônio enfraquece a necessidade de manutenção dessas ordens cautelares, exigindo uma análise mais criteriosa sobre sua pertinência e adequação à situação atual.

Assim sendo, ratifico os atos pretéritos, com convalidação dos decisórios não meritórios, realizados nos processos 0600045-45.2023.6.07.0001, 0600056-74.2023.6.07.0001, 0600183-46.2022.6.07.0001, 0600185-16.2022.6.07.0001, 0600187-83.2022.6.07.0001, 0600019-47.2023.6.07.0001 e 0600186-98.2022.6.07.0001, com fundamento no artigo 108, §1º, do Código de Processo Penal c/c artigo 364 do Código Eleitoral.

7. Quebra de Sigilo 0600046-30.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5037370-66.2016.4.04.7000). Convalidação. Indeferimento.

O Ministério Público pugnou pela ratificação das decisões realizadas nos autos da quebra de sigilo bancário, fiscal, telemático e telefônico dos investigados e das pessoas jurídicas, todos relacionados na Quebra de Sigilo 0600046-30.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5037370-66.2016.4.04.7000).

No caso, entendo que a simples ratificação dos atos processuais desta cautelar não se mostra adequada neste momento processual.

Detida análise deste incidente, permite observar a atuação do então Juiz Federal Sérgio Fernando Moro. É o que se extrai, por exemplo, das decisões de ID 113374869, p. 44; 113374871, p. 261; 113374875, p. 4; 113374875, p. 61; 113374890, p. 243 e 113374901, p. 93.

Com efeito, o Col. Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do Habeas Corpus 164493, reconheceu a incompetência do Juízo perante o qual tramitou a persecução penal (CPP, artigo 564, I, primeira parte). Mas a decisão não se limitou a isso. Sucessivamente, a Suprema Corte indicou ilicitude probatória decorrente da instrução presidida por juiz afirmado suspeito (CPP, artigo 564, inciso I, segunda parte).

Observa-se, portanto, que a questão vai além da simples declaração de nulidade. Esta, como é sabido, permite, em certas situações, o aproveitamento dos atos processuais já realizados, mediante decisão que ratifique esses atos, avaliando cada caso de forma individual (CPP, art. 567). Em contrapartida, a declaração de ilicitude probatória, conforme o art. 157 do CPP, exige a inadmissibilidade do elemento de prova, o que inclui seu desentranhamento dos autos.

Nesse contexto, a atuação de um juiz declarado suspeito na condução da fase probatória gera um vício que compromete a totalidade dos atos instrutórios por ele realizados, sem margem para convalidação. A suspeição do magistrado contamina irremediavelmente os elementos de prova colhidos sob sua supervisão, tornando inviável sua ratificação por outro juízo competente, uma vez que tal ato violaria os princípios do devido processo legal e da imparcialidade judicial.

Em resumo, a participação de um magistrado reconhecido como suspeito na condução de uma instrução processual impõe a necessidade de exclusão dos elementos probatórios, sem possibilidade de convalidação. Tal medida visa proteger a integridade do processo e assegurar que as decisões judiciais sejam fundamentadas em provas lícitas e colhidas sob a estrita observância das garantias processuais.

Por tais razões, indefiro o pedido de ratificação dos atos decisórios realizados na Quebra de Sigilo 0600046-30.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5037370-66.2016.4.04.7000). Consigno que os elementos probatórios decorrentes desta cautelar não serão objeto de valoração.

8. Recebimento parcial da denúncia

Verifica-se que estão presentes os pressupostos processuais e as condições da ação para o recebimento da denúncia.

A justa causa reside na probabilidade do cometimento dos fatos atribuídos aos denunciados, que se sucederam em torno das obras de ampliação do Conjunto Torre de Pituba, destinada a abrigar a nova sede da Petrobrás em Salvador/BA. Nesse contexto, se verificou possível prática dos crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, gestão fraudulenta, desvio de recursos de instituição financeira e lavagem de dinheiro, no bojo de organização criminosa,

O indício de materialidade encontra-se adequadamente delineado nos autos, considerando os documentos e depoimentos encartados em sede de investigação policial, por meio de medidas cautelares, acordos de colaboração e no próprio curso da ação penal, enquanto tramitou perante a 13ª Vara Federal de Curitiba/PR.

Presentes os requisitos do artigo 41 e ausentes as hipóteses do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO PARCIALMENTE A DENÚNCIA de ID 122230875, excetuado eventual suporte probatório advindo da Medida Cautelar 0600046-30.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5037370-66.2016.4.04.7000), em face dos acusados ARMANDO RAMOS TRIPODI, RENATO DE SOUZA DUQUE, GILSON ALVES DE SOUZA, CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE FIGUEIREDO, WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, NEWTON CARNEIRO DA CUNHA, LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO, CARLOS FERNANDO COSTA, JOÃO VACCARI NETO, MÁRIO SEABRA SUAREZ, ALEXANDRE ANDRADE SUAREZ, RODRIGO DE ARAÚJO SILVA BARRETTO, MARCOS FELIPE MENDES PINTO, IRANI ROSSINI DE SOUZA, ANDRÉ PEDREIRA DE FREITAS SÁ, FRANCISCO ALBERTO DA MOTA SANTOS, ROGÉRIO SANTOS

DE ARAÚJO, MARCELO BAHIA ODEBRECHT, PAUL ELIE ALTIT, DJEAN VASCONCELOS CRUZ, ANDRÉ VITAL PESSOA DE MELO, JOSÉ ADELMARIO PINHEIRO FILHO, ELMAR JUAN PASSOS VARJÃO BOMFIM, JOSÉ NOGUEIRA FILHO, ANDRÉ LUIZ BASTOS PETITINGA, RAMILTON LIMA MACHADO JUNIOR, ADRIANO SANTANA QUADROS DE ANDRADE, MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA, JOSÉ MARIA LINHARES NETO, ROBERTO SOUZA CUNHA, JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI, MARCELO THADEU DA SILVA NETO, WASHINGTON DOS SANTOS CAVALCANTE, AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, VALDEMIR FLÁVIO PEREIRA GARRETA, WILLIAM ALI CHAIM, MARICE CORREA DE LIMA, DAVID ARAZI e MÁRCIA MILEGUIR, conforme respectivas imputações delineadas na peça acusatória e resumidas na tabela disposta no item 4, desta decisão.

Fixo a data da assinatura eletrônica desta decisão, correspondente ao recebimento da denúncia neste juízo, como marco temporal de interrupção do prazo prescricional.

9. Arquivamento implícito. Esclarecimento

Quanto ao delito previsto no artigo 5º da Lei 7.492/1986, em relação aos acusados GILSON ALVES DE SOUZA, WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, RODRIGO DE ARAÚJO SILVA BARRETTO e DJEAN VASCONCELOS CRUZ, a denúncia falha em não renovar a imputação ou justificar eventual arquivamento. Desse modo, considerando não ser admitida pelo ordenamento pátrio a figura do arquivamento implícito, vista dos autos ao Ministério Público para que se manifeste.

10. Ratificação das citações. Resposta à acusação

No mais, reputo válida as citações de todos os acusados realizada enquanto a ação penal tramitou perante a 13ª Vara Federal de Curitiba/PR (IDs 111797689; 111797696; 111798270; 111798416, p. 2; 111798433, p. 5; 111803517, p. 3; 111803717, ps. 9, 12, 15, 18, 21 e 29; 111803725, p. 9; 111803761, p. 3; 111803762, p. 3; 111803764, p. 3; 111803765, p. 3; 111803766, p. 3; 111803768, p. 2; 111803769, p. 3; 111803770, p. 3; 111803771, p. 3; 111803772, p. 3; 111803773, p. 3 e 111804559, p. 3. Inclusive, todos os réus constituíram Defesa para a promoção de seus interesses.

Destarte, ratifico o ato processual atinente à citação.

Prosseguindo, intime-se as Defesas dos Acusados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme previsto no artigo 396 do CPP. Na mesma oportunidade, poderão esclarecer se pretendem ratificar as provas orais e o seu interrogatório realizado na Justiça comum.

11. Publicidade. Afasta sigilo de justiça

O Ministério Público Eleitoral requereu o afastamento do sigilo dos autos, sob a alegação de tratar-se de ação penal pública e em conformidade com os preceitos constitucionais pertinentes. Ressaltou a necessidade de resguardar o sigilo exclusivamente das medidas cautelares correlatas, que contenham informações desvinculadas das imputações criminais.

O princípio da publicidade, que orienta as atividades do Poder Judiciário, encontra previsão nos artigos 5º, inciso LX, e 93, inciso IX, da Constituição Federal. Tal princípio é igualmente consagrado no artigo 792 do Código de Processo Penal, sendo suscetível de exceções quando as peculiaridades do caso concreto indicarem a necessidade de proteger a intimidade das partes ou o interesse processual.

No caso em tela, concluo que o trâmite em sigilo de justiça não se justifica, pois não há elementos que evidenciem a subsunção aos requisitos legais para o sigilo. Não foram identificadas hipóteses de relevante interesse público que autorizem a restrição à publicidade processual.

Quanto aos autos incidentais que permanecem sob anotação de sigilo, mantenho tal *status* neste momento, sem prejuízo da análise de cada caso em particular.

Diante disso, determino o afastamento do sigilo de justiça em relação à presente ação penal.

12. DISPOSITIVO

- a) Declaro extinta a punibilidade de eventual investigado pelo crime de falsidade ideológica eleitoral, tipificado no artigo 350 do Código Eleitoral, nos termos dos artigos 107, inciso IV, c/c 109, inciso IV, ambos do Código Penal;
- b) Firmo a competência da Justiça Eleitoral, considerando que, apesar da extinção da punibilidade dos delitos de natureza eleitoral, permanece a atribuição desta Justiça especializada para analisar os demais crimes conexos;
- c) Julgo extinta a punibilidade de ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA e MANUEL RIBEIRO FILHO, em relação a todos os crimes que lhes foram imputados, com supedâneo nos artigos 107, inciso IV c/c 115, do Código Penal;
- d) Julgo extinta a punibilidade dos acusados MÁRIO SEABRA SUAREZ, ANDRÉ PEDREIRA DE FREITAS SÁ, FRANCISCO ALBERTO DA MOTA SANTOS, IRANI ROSSINI DE SOUZA, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO e JOSÉ NOGUEIRA FILHO, quanto aos crimes dos artigos 4º, "caput" e 5º, "caput", ambos da Lei 7492/1986, com base nos artigos 107, inciso IV c/c 115, do Código Penal;
- e) WAGNER PINHEIRO, NEWTON CARNEIRO, LUÍS CARLOS FERNANDES, CARLOS COSTA, ARMANDO TRIPODI, CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO, GILSON ALVES, ALEXANDRE SUAREZ, RODRIGO BARRETTO, MARCELO ODEBRECHT, PAUL ALTIT, DJEAN CRUZ, JOÃO VACCARI e ELMAR VARJÃO, exclusivamente em relação ao período de 20/05/2009 até novembro /2012, no tocante ao delito previsto no artigo 5º, "caput", da Lei 7492/1986. Subsistem, para fins de ulterior deliberação, os fatos que, em tese, cometidos de outubro de 2012 até 16 de junho de 2014;
- f) Julgo extinta a punibilidade de MÁRIO SEABRA SUAREZ, ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO, JOSÉ ADELMÁRIO PINHEIRO FILHO, MANUEL RIBEIRO FILHO, JOSÉ NOGUEIRA FILHO e AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, quanto ao delito do artigo 333, do Código Penal, com fundamento nos artigos 107, inciso IV c/c 115, do Código Penal;
- g) Determino o desentranhamento dos documentos de IDs 111797269, 111797270, 111839024, 111839025, 111839026, 111839027, 111839028, 111839029, 111839030, 111792216, 111792217, 111792218, 111792219, 111792220, 111792221 e 111792222, com o objetivo de afastar eventual nulidade dos elementos de prova provenientes do sistema *Drousys*, declarado imprestável pelo Supremo Tribunal Federal;
- h) Ratifico os atos pretéritos, com convalidação dos decisórios não meritórios, realizados nos processos 0600045-45.2023.6.07.0001, 0600056-74.2023.6.07.0001, 0600183-46.2022.6.07.0001, 0600185-16.2022.6.07.0001, 0600187-83.2022.6.07.0001, 0600019-47.2023.6.07.0001 e 0600186-98.2022.6.07.0001, com fundamento no artigo 108, §1º, do Código de Processo Penal c/c artigo 364 do Código Eleitoral;
- i) Indefiro o pedido de ratificação dos atos decisórios realizados na Quebra de Sigilo 0600046-30.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5037370-66.2016.4.04.7000), uma vez que além da atuação de Juízo incompetente, houve a atuação de Juiz reconhecido suspeito. Sobressalto que os elementos probatórios advindos desta cautelar, não serão valorados.
- j) Presentes os requisitos do artigo 41 e ausentes as hipóteses do artigo 395, ambos do Código de Processo Penal, RECEBO PARCIALMENTE A DENÚNCIA de ID 122230875, excetuado eventual suporte probatório advindo da Medida Cautelar 0600046-30.2023.6.07.0001 (antigo Processo n. 5037370-66.2016.4.04.7000), em face dos acusados ARMANDO RAMOS TRIPODI, RENATO DE SOUZA DUQUE, GILSON ALVES DE SOUZA, CARLOS ALBERTO RIBEIRO DE FIGUEIREDO, WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, NEWTON CARNEIRO DA CUNHA, LUIS CARLOS FERNANDES AFONSO, CARLOS FERNANDO COSTA, JOÃO VACCARI NETO, MÁRIO SEABRA SUAREZ, ALEXANDRE ANDRADE SUAREZ, RODRIGO DE ARAÚJO SILVA

BARRETTO, MARCOS FELIPE MENDES PINTO, IRANI ROSSINI DE SOUZA, ANDRÉ PEDREIRA DE FREITAS SÁ, FRANCISCO ALBERTO DA MOTA SANTOS, ROGÉRIO SANTOS DE ARAÚJO, MARCELO BAHIA ODEBRECHT, PAUL ELIE ALTIT, DJEAN VASCONCELOS CRUZ, ANDRÉ VITAL PESSOA DE MELO, JOSÉ ADELMARIO PINHEIRO FILHO, ELMAR JUAN PASSOS VARJÃO BOMFIM, JOSÉ NOGUEIRA FILHO, ANDRÉ LUIZ BASTOS PETITINGA, RAMILTON LIMA MACHADO JUNIOR, ADRIANO SANTANA QUADROS DE ANDRADE, MATEUS COUTINHO DE SÁ OLIVEIRA, JOSÉ MARIA LINHARES NETO, ROBERTO SOUZA CUNHA, JOSÉ RICARDO NOGUEIRA BREGHIROLI, MARCELO THADEU DA SILVA NETO, WASHINGTON DOS SANTOS CAVALCANTE, AGENOR FRANKLIN MAGALHÃES MEDEIROS, VALDEMIR FLÁVIO PEREIRA GARRETA, WILLIAM ALI CHAIM, MARICE CORREA DE LIMA, DAVID ARAZI e MÁRCIA MILEGUIR, conforme respectivas imputações delineadas na peça acusatória e resumidas na tabela disposta no item 4, desta decisão.

k) Fixo a data da assinatura eletrônica desta decisão, correspondente ao recebimento da denúncia neste juízo, como marco temporal de interrupção do prazo prescricional.

l) Quanto ao delito previsto no artigo 5º da Lei 7.492/1986, em relação aos acusados GILSON ALVES DE SOUZA, WAGNER PINHEIRO DE OLIVEIRA, RODRIGO DE ARAÚJO SILVA BARRETTO e DJEAN VASCONCELOS CRUZ e considerando não ser admitida pelo ordenamento pátrio a figura do arquivamento implícito, vista dos autos ao Ministério Público;

m) Ratifico o ato processual atinente à citação de todos os acusados.

n) Intimem-se as Defesas dos Acusados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, conforme previsto no artigo 396 do CPP. Na mesma oportunidade, poderão esclarecer se pretendem ratificar as provas orais e o seu interrogatório realizado na Justiça comum.

o) Deferido o afastamento do segredo de justiça.

Dê-se baixa no nome de ANTÔNIO SÉRGIO OLIVEIRA SANTANA e MANUEL RIBEIRO FILHO, procedendo-se às comunicações de estilo.

Retifique-se a autuação, tornando pública a presente ação penal.

Intimem-se.

REJANE ZENIR JUNGBLUTH SUXBERGER

Juíza Titular da 1ª Zona Eleitoral

Brasília/DF

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA(12554) Nº 0600050-33.2024.6.07.0001

PROCESSO : 0600050-33.2024.6.07.0001 FILIAÇÃO PARTIDÁRIA (BRASÍLIA - DF)

RELATOR : 001ª ZONA ELEITORAL DE BRASÍLIA DF

FISCAL DA LEI : PROMOTOR ELEITORAL DO DF E TERRITÓRIOS

INTERESSADO : JUÍZO DA 001ª ZONA ELEITORAL DE BRASÍLIA DF

INTERESSADO : SR/PF/DF

REQUERENTE : NADIA VERISSIMO GOIS MANTUAN

REQUERIDO : UNIAO BRASIL - NACIONAL

ADVOGADO : ALEX DUARTE SANTANA BARROS (31583/DF)

ADVOGADO : ENIO SIQUEIRA SANTOS (49068/DF)

ADVOGADO : FABRICIO JULIANO MENDES MEDEIROS (27581/DF)

REQUERIDO : UNIAO BRASIL ORGAO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL

ADVOGADO : ALEX DUARTE SANTANA BARROS (31583/DF)

ADVOGADO : KACCIA BEATRIZ GONTIJO (47139/DF)